

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



18/07/2019
QUINTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





POLÍTICA

Estado vistoria 106 obras do Goiás na Frente

BALANÇO Prazo para fim das análises e emissão dos laudos é de até 90 dias; faltam 241 de um total de 347 obras

Mariana Carneiro
mariana.carneiro@opopular.com.br

O Estado já vistoriou 106 das 347 obras do programa Goiás na Frente, que foram paralisadas em abril pelo governador Ronaldo Caiado (DEM). Os dados são da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (Sic).

A Sic, que tem departamento de Engenharia, foi a pasta que ficou responsável pelas vistorias das obras e confecção dos laudos técnicos sobre o estágio de cada obra e classificação de prioridades, com as escalas: "prioritárias integrais", "as quais só terão utilidade se concluídas"; "prioritárias parciais" e "não prioritárias".

O POPULAR entrou em contato com a secretaria no dia 11 de julho para avaliar o andamento das obras. Na ocasião, a pasta in-

formou que, dentro das previsões técnicas, eles levariam cerca de mais 90 dias para a finalização das vistorias, confecção de relatórios e finalização dos laudos. Questionada sobre resultado preliminar dos laudos das obras, a Sic informou que "os dados ainda estão sendo compilados e os laudos produzidos".

No dia 10 de junho, a pasta firmou convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO) para acelerar o processo. De acordo com a secretaria, seu papel será disponibilizar engenheiros para vistoriar as obras. Os dados coletados deverão ser cruzados com os colhidos pelo Crea-GO sobre o status das construções junto aos seus executores, possibilitando, além da classificação, uma possível auditoria sobre determinadas obras no futuro.



Wildes Barbosa

Feirão do bairro Alexandrina é uma das obras inacabadas em Anápolis

Entretanto, segundo o líder da Área de Gestão de Convênios da Fiscalização do Crea-GO, Roger Barcellos, a secretaria ainda não repassou os detalhamentos operacionais. "Nós ainda não recebemos da Sic o documento que explica o que devemos cobrar dos responsáveis pela construção", ressaltou.

Em nota, a Secretaria de Governo (Segov) informou que "o programa foi uma grande venda de ilusões para a população goiana e um forte golpe nos prefeitos". De acordo com a secretaria, o Goiás na Frente resultou em um "grande calote, pois apenas 30% do valor foi pago aos municípios" e que "o governo

anterior não tinha dinheiro em caixa e lançou o programa mesmo sem recursos". Ainda de acordo com a Segov, novos convênios serão celebrados futuramente, mas com "responsabilidade e segurança financeira".

O PROGRAMA

O Goiás na Frente foi lançado no ano de 2017 e inicialmente iria investir mais de R\$ 6 bilhões em obras. Em novembro de 2018, apenas 32% dos R\$ 513,9 milhões, de 375 convênios assinados com 222 municípios haviam sido pagos. O saldo pendente era de R\$ 347,8 milhões.

Em abril deste ano, Ronaldo Caiado, por meio de decreto,

suspendeu por 90 dias todos os convênios do programa. Aqueles que não tiveram repasse financeiro até a data do decreto seriam encerrados. Nos casos de repasses sem obras físicas iniciadas os valores deveriam ser devolvidos de imediato. A expectativa da devolução era de cerca de R\$ 20 milhões.

Além disso, o decreto informava que todos os municípios tinham 15 dias para apresentar, caso fosse a intenção, "pedido de denúncia unilateral do convênio, por ausência de interesse em dar continuidade ao ajuste, ou pedido de alteração, com assunção integral do ônus financeiro pela execução total ou parcial do objeto do convênio".

É o caso da cidade de Anápolis. De acordo com a prefeitura da cidade, o convênio com o Estado através do programa era no valor de R\$ 10 milhões para obras no centro administrativo, quatro feirões cobertos, centro-dia e pavimentação. "Entendemos a dificuldade do governo estadual. Por isso, assumimos os valores não repassados pelo Estado para que as obras continuassem", explicou o prefeito Roberto Naves (PTB).

Ainda segundo a prefeitura, exemplo disso é a entrega das obras dos feirões dos bairros de Lourdes e Reny Curry amanhã e no sábado, respectivamente. Mas algumas obras como os feirões dos bairros Alexandrina e Vila Norte, seguem sem conclusão. (Mariana Carneiro, estagiária do GJC em convênio com a UFG)



Saúde garante vacina em Goiás

TETRAVIRAL Apesar de suspensão de convênio para produção de fórmula, secretaria estadual afirma que fornecimento deve se manter normal. Dose protege contra quatro tipos de enfermidades

Jéssica Torres
jessica.torres@copopular.com.br

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que fornece a vacina tetraviral que protege contra sarampo, caxumba, rubéola e catapora, distribuída de forma gratuita para o Estado, teve seu contrato paralisado após decisão do Ministério da Saúde (MS). Apesar disso, produtor e órgão garantem, em nota, que "a medida não afetará o atendimento à população". Isto porque, enquanto o processo está em andamento na Justiça, o MS realizou aquisição do produto fora da parceria. A dose em questão integra a lista de 19 medicamentos que tiveram os convênios com 7 laboratórios interrompidos pelo MS. Entretanto, nem todos os remédios relacionados são distribuídos em Goiás.

O motivo para a mudança, segundo o órgão, foi um desacordo com os critérios de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que passa por avaliação. O laboratório Bio-Manguinhos afirma, em nota, que se trata de uma medida regular que serve para adequações burocráticas e melhorias, enquanto isto, o laboratório vem fornecendo os produtos por outros meios legais para o órgão.

As unidades públicas de saúde de Goiânia estão abastecidas com a vacina tetraviral até o momento, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e amanhã serão entregues 120 doses da fórmula. A quantidade, de acordo com a SMS, é suficiente até o fim deste mês. Após este período, o Ministério garantiu que as unidades serão reabastecidas.

A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES) também con-



Posto de saúde no Ciams Pedro Ludovico, onde é feita aplicação de doses pela Secretaria Municipal de Goiânia

firmou que o Ministério da Saúde não deixou de fornecer as doses em Goiás. "O Estado está abastecido". A SES enaltece que não há motivos para os goianos se preocuparem.

LISTA

Outros 18 medicamentos que eram oferecidos no Sistema Único de Saúde (SUS), foram suspensos em todo País, a maioria para tratamento de câncer e diabetes. Em Goiânia, apenas a vacina tetraviral e insulina (NPH e regular) fazem parte da lista dos medicamentos que tiveram paralisação dos contratos, conforme a SMS. O fornecimento da insulina é feito mensalmente com 800 frascos do tipo regular e 1.336 frascos do ti-

“
A medida (de suspender a distribuição) não afetará o atendimento à população”

Ministério da Saúde e laboratório da Fiocruz

po NPH, porém o hormônio não é fornecido por nenhum dos laboratórios que estão em ação judicial e não corre risco

também de faltar, diz a SMS.

A assessoria de imprensa do Ministério da Saúde entrou em contato com a redação para esclarecer que a etapa atual permite que os laboratórios públicos apresentem medidas para reestruturar o cronograma de ações e atividades, com prazo de dez dias previstos.

Nove destes processos foram iniciados seguindo recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU). Os demais não atendiam requisitos estabelecidos pela normativa vigente. Além disso, a maioria das parcerias em fase de suspensão ainda não produzia medicamentos, pois estavam na fase II, das quatro etapas para fornecimento.

Associação critica ação

A Associação dos Laboratórios Oficiais do Brasil (Alfob), afirmou em nota que a suspensão foi unilateral. Afirma ainda que não apenas coloca em risco o abastecimento de medicamentos estratégicos para pelo menos 30 milhões de pacientes, a valores, em média, 30% menores que os cobrados no mercado, mas também configura um ataque contra a soberania nacional na área da produção pública de medicamentos e produtos para a saúde e contra o próprio SUS.

A instituição representante dos laboratórios públicos, diz ainda por meio da nota que foram pegos de surpresa e decidiu contestar juridicamente a iniciativa, que segundo eles tem "caráter impróprio, atemporal, e irregular contrariando frontalmente o disposto em legislação federal". Salientam ainda, que mesmo a fase II requer grandes investimentos e irreversíveis, gerando a quebra de contratos com prejuízos financeiros e obstáculos para a realização de novos investimentos em unidades de produção. Por fim, afirmam que recorreram da decisão e temem prejuízo à sociedade em geral e laboratórios.

120

é a quantidade de doses da vacina tetravalente que a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia deve receber amanhã



Quase metade aguarda condenação

Levantamento indica que cerca de 9,5 mil presos ainda não foram condenados. Superlotação ainda é um problema para o sistema prisional

Higor Santana

Higor Santana

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), dos 21.876 presos em Goiás, 9.481 são presos provisórios ou aguardam condenação da Justiça. Ainda de acordo com o levantamento, a população prisional no Estado em 2017, era de 21.251 presos, em 2019, são 21.876, sendo que 9.481 estão em situação de prisão provisória.

Segundo o Observatório da Gerência de Inteligência da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), o número de presos provisórios equivale a 43,3% de toda a população carcerária do Estado. Em 2017, eram 42,16%. O Observatório apontou ainda que em Goiás, são 22,528 mil presos, dos quais 21,886 mil ocupam as prisões. E conforme a DGAP, o número de vagas nas unidades é de apenas 10.886 mil pessoas, em 106 unidades

prisionais ativas.

Em 2017, o Brasil tinha 726 mil presos, e só em Goiás eram 11.605 vagas distribuídas. O déficit era de 9.646 vagas, e o Estado possuía uma taxa de ocupação de 1,83. O déficit também foi registrado em todas as demais unidades federais, que juntas somaram um déficit de 303.112 vagas em todo o território nacional.

Em relação ao dado sobre a cor ou etnia da população prisional goiana, 55,45% das

pessoas privadas de liberdade são de cor parda, seguido de

**Um preso no país
custa em média
R\$ 23 mil por ano**

22,03% da população carcerária de cor branca e 19,16% de cor negra. Somados, pessoas presas de cor pretas e pardas totalizam 77,48% da

população carcerária do Estado de Goiás.

Déficit de vagas

Sobre o déficit de vagas, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), apontou que o país precisaria investir R\$ 97 bilhões em 18 anos seguidos para extinguir o déficit de vagas prisionais, reformar unidades prisionais precárias e viabilizar seu pleno funcionamento. De acordo com a auditoria do TCU, que teve como

ponto de partida a investigação dos repasses do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), um preso no país custa em média, R\$ 23 mil por ano.

Sobre a população carcerária que aguarda condenação, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJE-GO), esclareceu que tem empreendido todos os esforços para tentar amenizar tal situação, trabalhando em parceria com todos os órgãos ligados à segurança pública.



O número de presos provisórios equivale a 43,3% de toda a população carcerária do Estado de Goiás